Depoimento

Paulo Estevão de Berredo Carneiro, cientista brasileiro, cidadão do mundo

Marcos Chor Maio (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MAIO, M. C. org. Depoimento: Paulo Estevão de Berredo Carneiro, cientista brasileiro, cidadão do mundo. In: *Ciência, política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Unesco, 2004, pp. 268-305. ISBN: 978-85-7541-509-2. Available from: doi: [10.7476/9788575415092.0012](https://doi.org/10.7476/9788575415092.0012). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/fczgd/epub/maio-9788575415092.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

depoimento

Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro, cientista brasileiro, cidadão do mundo¹

Os primeiros tempos

Nasci no seio de uma família positivista, muito ligada ao movimento comteano no Brasil. Meu pai [Mario Barbosa Carneiro] foi um dos primeiros adeptos do positivismo, sob a direção de Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Benjamim Constant, por ocasião da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. Surgi de um casamento que se realizou no Templo da Humanidade, à Rua Benjamim Constant, em 1900. Essa circunstância predestinou um pouco o rumo que teve a minha educação. Nunca fui a um colégio. Recebi toda a minha instrução primária e secundária em casa, de modo que não sofri um embate da infância contemporânea. Fui um menino muito protegido nas suas primeiras idades, nas suas primeiras expansões, até que nos exames secundários entrei em contato com os professores de Matemática, Física, Química, Biologia, e realizei no Colégio Pedro II, como era então hábito, os exames de admissão ao ensino superior. Aí é que tive o primeiro contato realmente com o meio exterior. Até então eu tinha vivido naquele casulo que era o meio positivista da Rua Benjamim Constant.

Mas, ao mesmo tempo em que fazia minha formação interna ouvindo grandes homens do meu tempo ligados àquele movimento, a influência maior que recebi foi de Teixeira Mendes. Teixeira Mendes era matemático de formação e tinha um conhecimento científico realmente universal, com o espírito mais enciclopédico que encontrei até hoje. Ele nos pregava

¹ Depoimento de Paulo Carneiro no Museu da Imagem e do Som (MIS), em 7/8/1979, dentro dos ciclos de Ciências e de Artes Plásticas. Participaram como entrevistadores: o escritor Josué Montello, a atriz Maria Fernanda, o cientista Mário Viana Dias, o advogado e escritor Alberto Venâncio Filho e o então diretor do MIS, jornalista José Carlos Monteiro. A edição da entrevista foi realizada por Marcos Chor Maio e José Augusto Drummond.

tudo que sabia. Aos domingos, em conferências de três, quatro horas, o menino, ávido de experiências de saber, assistia a essas prédicas em que todos os assuntos vinham à baila intempestivamente, a propósito ou fora de propósito, o jorro luminoso de dados históricos, científicos, filosóficos. A essas conferências devo realmente a minha vocação e a minha formação no sentido mais amplo da palavra, porque me abriram o mundo. Por ali eu soube que havia Aristóteles, que havia toda a filosofia científica grega, que havia Idade Média, que havia São Tomás de Aquino. Cheguei a ler todos os clássicos da literatura francesa e inglesa, tudo isso sob o bafejo, a inspiração, o estímulo daquelas pregações em que toda a cultura humana vinha à baila.

Mas ao mesmo tempo, segundo os mesmos preceitos comteanos, o menino da burguesia que eu era foi introduzido na classe proletária fazendo experiências e ensaios que duraram dois anos nas oficinas de construção de material rodante no Engenho de Dentro. Fui ferreiro, aprendiz de ferreiro, aprendiz de fundidor, convivi com os pretos, os mulattos, os filhos de portugueses, os filhos de italianos, os meninos desvalidos que ali estavam desde os 14, 15, 16 anos malhando ferro. E ali passei, como um complemento educacional e muito intencional, dois anos de minha vida com grande interesse. Saía de casa às seis horas da manhã, tomava o trem que parava na estação de Engenho de Dentro e lá estava incorporado àquela coletividade, totalmente diferente mas à qual me senti muito ligado afetivamente. Então fazíamos competições: o menino um pouco mimado que eu havia sido e os meninos mais fortes do que eu, porque formados num meio mais rude, malhando ferro. Havia um famoso malho que era formado sexta-feira ao qual poucos resistiam depois de quatro, cinco ou seis viravoltas, e desse contato – é por isso que aludo a ele – ficou um sentimento de fraternidade muito real, com o problema proletário, que até hoje me acompanha.

O estudo sobre o guaraná em Paris e os primórdios das atividades de pesquisa

Quando terminei o curso de engenheiro químico, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, um curso que depois desapareceu e se fundiu na Escola de Química, ganhei um prêmio de viagem. Esse prêmio me permitiu partir do Rio recém-casado, em 1927, com o propósito de fazer o doutorado em Paris. Inscrevi-me para isso na Sorbonne e comecei a fazer

uma tese. Essa tese, como todas as outras que fiz, versava sobre problemas brasileiros. Estudei a planta do guaraná, então completamente desconhecida. Usava-se guaraná sem saber absolutamente o que ele continha – não o guaraná das garrafas, que não contém nada senão produtos artificiais, mas o guaraná indígena, o pó raspado na língua de pirarucu. E consegui, graças a meu pai, que era diretor do Ministério da Agricultura, raiz, caule, flor, folha, fruto dessas lianas do Amazonas, de onde os indígenas extraem o guaraná.

Depois de um estudo relativamente rápido – durou dois anos –, verifiquei que toda a planta do guaraná (*Paulinia cupana*), classificada por Martius e Bonpland em mil oitocentos e pouco, era constituída de cafeína e teobromina em doses extremamente grandes, era a planta mais rica em cafeína. Em geral eu via o guaraná sendo usado como uma substância não-tóxica e que se podia consumir abundantemente. Realmente é extremamente útil como estimulante e tem a vantagem de não sofrer, como o café, um fenômeno de torrefação em que se formam substâncias, essas realmente tóxicas, que não são a cafeína, são derivados dos ácidos gordos e dão origem a uma porção de substâncias muito mais nocivas do que a cafeína.

De volta de Paris, fiz um concurso em 1933 para a Escola Politécnica do Rio, como livre-docente da cadeira de Química Geral, com a qual estava endividado, porque toda a minha formação científica, durante o meu curso, havia sido patrocinada, dirigida, estimulada, nutrida por um grande professor, que foi o maior dos mestres que tive no Brasil: Carlos Ernesto Júlio Lohman, holandês que se havia dedicado a pesquisas de Biologia e Química Tropical em Java. Miguel Calmon, fazendo uma viagem pelo Oriente, descobriu esse cientista, que tinha então uns trinta anos, e o convidou a vir fundar na Bahia uma estação experimental de cana-de-açúcar. Tentado pela miragem do Brasil, Lohman veio e, ao chegar à Bahia, verificou que não havia nem laboratório, nem pessoal, e de início ficou perdido, sem saber que destino dar à sua vida científica. Depois de uns seis meses de agonia, veio para o Rio de Janeiro, contratado pelo Museu Nacional, por Roquette-Pinto. Fez um concurso para a Escola Politécnica e se tornou um professor extraordinário, o grande renovador do ensino da Química no Brasil, porque trazia a experiência da Universidade de Iena, na qual tinha feito seu doutorado, e trazia também toda uma experiência de pesquisa. De modo que Carlos Ernesto Júlio Lohman, depois de meu curso na França, tomou-me como assis-

tente e quis fazer de mim o seu herdeiro e sucessor na cátedra. Por isso e para isso fiz o concurso para livre-docente, no qual fui aprovado em 1933.

A experiência na Secretaria de Agricultura de Pernambuco (1935)

Fui a Pernambuco para instalar uma secretaria nova na estrutura administrativa do estado. Foi Carlos de Lima Cavalcanti – a quem acompanhei quando veio ao Sul, iniciando-o nas possibilidades que São Paulo propiciava a uma renovação tecnológica – que me convidou a ser secretário de Agricultura, Indústria e Comércio. Fui com o objetivo essencial de dar a Pernambuco uma dupla organização que lhe faltava: científica, de um lado, e social, de outro. Para a primeira, criei o Instituto de Pesquisas Agronômicas em Pernambuco, chamando para ele homens de ciências do mundo inteiro, do Brasil, de São Paulo, de Minas, da França, dos Estados Unidos, um fitopatologista da Rússia. Atendeu-se, com a criação desse instituto, em 7 de setembro de 1935, a um quadro geral de necessidades fundamentais de renovação da economia agrícola pernambucana.

Ao mesmo tempo, levei a noção clara, precisa de que o drama de Pernambuco era o nomadismo da sua população rural, dos seus trabalhadores. Ora do litoral para o sertão, ora do sertão para o litoral, e em grande massa de Pernambuco para São Paulo, de Pernambuco para Minas. Como fixar este trabalhador rural? Esse foi o problema moral que se colocou a mim em termos de administração. Propus então que se instituisse não uma divisão de terras, mas a atribuição, em cada grande propriedade agrícola, de uma área destinada à alimentação da sua massa trabalhadora. Não desapropriava, mas era uma área que ficava reservada institucionalmente, 1%, 5%, 10%, segundo cada caso particular, para o fim exclusivo de assegurar aos trabalhadores o essencial para a sua subsistência, através de cooperativas de consumo. Esse projeto foi incluído na discussão da Constituição que se estava então elaborando. Passou na primeira e na segunda discussão, na terceira foi afastado; houve um movimento de rebeldia dos grandes senhores de engenho, mas ficou o germe. Hoje está mais ou menos orientado nesse sentido através de medidas que o Instituto do Açúcar e o Alcool pôde introduzir tardiamente.

Esses foram os dois pontos essenciais que me ligaram a Pernambuco com uma certa repercussão, maior do que eu imaginava, porque naquele momento os secretários de governo tinham o direito e mesmo o dever

de ir à Assembléia Legislativa justificar os seus atos e apresentar os programas de governo. De modo que os discursos que lá fiz impressionaram um pouco a mocidade de então e, até hoje, quando eles me vêem, falam sobre o assunto.

Para coroar esta ação e ajudar em sua execução, diminuindo tanto quanto possível os atritos inevitáveis com as classes possuidoras dos grandes latifúndios de Pernambuco, fiz um apelo à Igreja. Sou livre-pensador, como positivista, e fiz um apelo ao clero de Pernambuco, numa carta pública que se chama "A Igreja e o Estado em prol do trabalhador pernambucano", dirigida aos bispos de Pernambuco, chamando a atenção deles para o dever permanente da Igreja – isso em 1935 – de ser a Igreja do pobre. Recebi imediatamente a visita de um padre do interior de Pernambuco, que se tornou depois muito conhecido, Dom Távora, que me disse: "Sr. secretário, o senhor se enganou de endereço. Não é aos bispos que o senhor devia se ter dirigido. Os bispos não querem nada com o seu programa. O senhor devia ter se dirigido ao clero pobre de Pernambuco, a esse como eu, que anda errante por aí sem auxílio nenhum".

Entretanto, ele se enganava. Recebi respostas de todos os bispos de Pernambuco, extremamente edificantes. De modo que esse apelo teve um eco maior do que eu esperava. Tudo se teria encaminhado no sentido de uma renovação da economia pernambucana, num espírito de consenso, atacando os problemas reais, com a colaboração inclusive dos proprietários, que já estavam sentindo que eu ia a eles não para causar-lhes dano, mas para orientá-los numa maneira mais racional de explorar os seus próprios bens. Tudo isso teria ido longe se não tivesse ocorrido a Intentona Comunista, que, tão inoportuna quanto estúpida, quebrou completamente a possibilidade de renovação num estado de vida política extremamente complexa como a de Pernambuco. O que me fez dizer ao governador que ele próprio não tinha mais aquele instrumento de que ele necessitava para levar avante um programa tão inovador, que era a confiança do parlamento e da opinião pública. Tudo que se faria a partir dali como progresso social pareceria suspeito. Voltei então ao Rio e retomei minha vida de ciência.

O movimento da Escola Nova

Devo meu vínculo à Escola Nova essencialmente a Francisco Venâncio Filho, que, depois de ter sido meu professor de Física e de

Química no curso secundário, conduziu-me pela mão a um meio que eu desconhecia completamente ao voltar de Paris em 1931: o dos renovadores da educação no Brasil. Conheci, graças a ele, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho. Ao fazer uma conferência na Associação Brasileira de Educação sobre a Estatística na Educação, à luz da ciência e da tecnologia, encontrei Cecília Meireles, que eu não conhecia.

Venâncio foi o guia, e participei então intensamente dos primeiros Congressos Brasileiros de Educação, em Niterói, e entrei na intimidade da administração escolar brasileira como professor do Instituto de Educação. Liguei-me de uma amizade que nunca se atenuou com Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, e recebi deles esse influxo admirável, que exprimi agora mesmo ao participar da 27ª Conferência do Bureau Internacional de Educação em Genebra, há um mês, chefiando a delegação do Brasil. Evoquei então a Conferência de 1948, do mesmo Bureau Internacional da Educação, por mim presidida. Aproveitei para recordar o impacto que havia produzido no Brasil o Instituto Jean-Jacques Rousseau e o Bureau Internacional da Educação, em torno desses nomes: Carneiro Leão em Pernambuco, Francisco Campos em Belo Horizonte, Fernando de Azevedo em São Paulo e, na Bahia e no Rio, Anísio Teixeira – todos eles em torno do que se chamava então, expressão improvisada, a musa da educação nova, que era Cecília Meireles. De modo que, ao evocar esse movimento na Conferência de Genebra, fiz sentir aos presentes o quanto havia sido fecunda essa ação dos grandes renovadores Edward Claparède, Adolph Ferried, Jean Piaget, Madame Montessori. Graças a Venâncio, recebi todos esses livros com aquelas deliciosas dedicatórias que ele fazia e fui aprendendo, aprendendo a ensinar.

A descoberta da composição do curare, as controvérsias científicas e o Instituto Pasteur

Depois de fazer concurso para a Escola Politécnica, fiquei adstrito a um instituto que se havia também criado. Esse período pós-revolucionário foi extremamente fecundo no Brasil. Surgiram iniciativas científicas, tecnológicas de todos os lados. Fui eleito diretor de um departamento do Instituto Nacional de Tecnologia cujo título era Divisão de Matérias-Primas Vegetais e Animais. Tive o prazer de conhecer Mário Viana Dias. Miguel Ozório de Almeida trabalhava num departamento

ao lado, e eu, à procura de assunto novo, comecei a reunir material sobre o curare. As primeiras pesquisas foram feitas no meu laboratório no Instituto Nacional de Tecnologia, na Avenida Venezuela. Assim trabalhei de meados de 1933 a 1935, quando essa fase de pesquisa sobre o curare no Brasil foi interrompida com o convite para eu ir para Pernambuco. Aquela miragem de uma atividade de larga escala fez-me sustar o curso dos trabalhos. De volta de Pernambuco, me encontrei de novo com o meu material, as minhas cabaças de curare, as minhas lianas que tinham vindo do Amazonas, por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios.

Nesse momento, o Instituto Pasteur, com o qual eu havia mantido contatos epistolares, com o mestre que tinha dirigido a minha tese de doutorado, em torno do guaraná e do pH – influência do pH sobre a vegetação –, escreveu-me dizendo: “Já que você está de novo voltado para a ciência, por que não volta ao Instituto Pasteur? Nós te oferecemos uma bolsa de pesquisa”. Eu, que estava bastante malvisto nos meios políticos brasileiros, suspeito das piores intenções, porque havia tentado uma renovação econômica e social em Pernambuco, fui a Agamenon Magalhães, que se tinha afeiçoado muito a mim e de quem eu dependia, porque ele era o ministro ao qual pertencia o Instituto de Tecnologia, e lhe disse: “Estou recebendo esse convite”. Ele respondeu: “Parta o mais cedo possível”. Assim, facilitou a minha viagem.

Cheguei a Paris carregando troncos, flores, cabaças, tudo o que pude levar. Fui acolhido festivamente e iniciei então as minhas pesquisas, que me conduziram em 1938 e 1939 a apresentar à Academia de Ciências de Paris os primeiros resultados de ordem química e, depois, de ordem fisiológica. (...) Encontrei resistência na parte fisiológica. Isso é interessante, porque dá uma imagem de como o meio científico francês estava e, por vezes, ainda está sob o controle ditatorial dos *patrons*, dos chefes de laboratórios. Quando apresentei os meus primeiros trabalhos, que se referiam à composição do curare – trabalhos que estavam sendo realizados ao mesmo tempo por três ou quatro pesquisadores fora da França, na Suíça, na Alemanha –, não houve problema nenhum. A Academia de Ciências registrou, publicou, e tive com isso uma certa repercussão, a ponto de receber da Academia de Medicina de Paris um prêmio, a *lauréa*, o prêmio Nativelle, que era concedido aos cientistas que descobrissem princípios ativos novos das plantas tóxicas e medicinais. (...)

Comecei a fazer meu trabalho com material previamente purificado, não mais com o curare bruto, massa indefinida constituída de produtos

dos mais variados – como faziam as experiências de Claude Bernard, Paul Berr e todos os seus continuadores. Passei a fazer as mesmas experiências com uma solução titulada de um alcalóide puro do qual eu sabia exatamente quantos milésimos de miligramas estava empregando a cada momento sobre uma rã. Dessa forma, os resultados experimentais divergiram profundamente dos resultados clássicos de Claude Bernard. Era um problema ligado à transmissão do influxo nervoso do nervo motor ao músculo que, segundo Claude Bernard, era interrompido pela curarização. Com isso ele definia a curarização: ela se realiza quando não se pode mais fazer a transmissão dos fluxos nervosos do nervo motor ao músculo estriado. Aí se havia juntado uma teoria física – exclusivamente física – de Lapicque, que identificava no influxo nervoso a corrente elétrica e observava que, sempre que ocorre essa interrupção da transmissão do influxo nervoso do nervo motor ao músculo estriado, uma corrente galvânica também não passa do nervo motor ao músculo estriado.

Com as minhas experiências, entretanto, um animal perfeitamente paralisado, durante três horas imobilizado sem que nenhuma das reações habituais produzisse a menor contração, mas aplicando uma excitação nervosa sobre o gastronêmio da rã, o músculo estriado reagia. Isso causou um susto, uma surpresa. Aventurei então o que já estava no ar: que essa transmissão do influxo nervoso ao músculo estriado não era um fenômeno físico, mas que envolvia mediadores químicos, como finalmente ficou fortemente estabelecido. Aí Lapicque levantou os braços e começou a opor-se de todos os modos a essa forma de interpretação determinada pelas condições mesmas em que a experiência nova se fazia.

Ao ser apresentada à Academia de Ciências pelo professor Portier, a minha *Memória*, em que isso tudo vinha exposto, Lapicque se levantou e pediu que a *Memória* não fosse inserta nos *Anais da Academia de Ciências*, sob a alegação, extremamente honrosa para mim, de que violava cinquenta anos de fisiologia francesa. Levantou-se Portier, que por felicidade minha era inimigo pessoal de Lapicque, e protestou energicamente contra essa violação de todas as tradições da liberdade científica. Por unanimidade, em seguida, a *Memória* foi publicada.

Isso revela como é complexa a vida científica num país de grande tradição como a França, em que os chefes exercem um despotismo silencioso, mas terrível. Quando fiz essa experiência no laboratório do Portier, onde havia aparelhagem melhor, estava uma senhora que trabalhava

com ele, mas nada tinha a ver comigo. Assistiu à experiência e eu disse a ela: “Venha ver este resultado aqui, tome...”. Ela assistiu e ficou espantada. Fui-me embora. Na manhã seguinte, indo eu muito cedo para o meu laboratório no Instituto Pasteur, encontrei a moça em questão, me surpreendi! Ela me disse: “Vim pedir-lhe que em hipótese alguma mencione o meu nome a propósito da sua experiência, porque não quero que me atribuam qualquer participação. Isso pode custar a minha carreira. Recebo uma bolsa que é dada pelo Lapicque”. Eu lhe respondi: “Mas, minha senhora, não há o menor motivo....”.

O Instituto Pasteur tinha, entre os seus pesquisadores, talvez 80% de estrangeiros, e todos muito bem recebidos. Quando havia um conflito desse tipo, era o mesmo que se passaria com um francês. Muito mais grave teria sido o conflito se eu fosse francês. De modo que não havia nenhuma espécie de discriminação em relação aos estrangeiros, senão talvez a favor do estrangeiro, que despertava sempre um interesse, pela cultura que trazia, pela possibilidade de irradiação da ciência francesa no país de origem. De modo que a atitude era muito favorável e muito simpática. O ambiente no qual vivi – afinal de contas, foram muitos anos, no total a minha convivência com o meio científico francês se estendeu por praticamente dez anos – foi irreprochável, sem a menor dificuldade.

O Instituto Pasteur me permitiu, ao mesmo tempo, medir a capacidade criadora dos homens de ciência mais importantes, a começar pelo meu mestre Gabriel Bertrand, que normalmente teria sido um Prêmio Nobel, porque fez descobertas fundamentais, uma das quais está aí até hoje: a dos oligoelementos, que são substâncias metálicas que, em doses ínfimas, infinitesimais, exercem uma função de importância capital no organismo animal, catalisando reações que, sem um traço de cobalto ou de níquel ou de zinco, não se realizariam. Houve uma experiência que me impressionou muito na época em que todos os carneiros da Nova Zelândia estavam morrendo e ninguém sabia por quê. Estudou-se, sob todas as formas, rios, solos etc... Dizimados os rebanhos, Gabriel Bertrand foi se ocupar do assunto e verificou que a terra daquela grande área, rica em tudo, não tinha o menor traço de cobalto, elemento ao qual ninguém atribuíra até então nenhuma função vital importante. Mandou fazer uma experiência irrigando uma grande área com uma solução de um milionésimo de sal de cobalto. Cresceram as plantas, os carneiros que lá foram postos com elas se alimentaram e nenhum deles morreu. Era esse traço de cobalto que era indispensável à vida desse rebanho.

O ambiente no Instituto Pasteur mostrou-me também o quanto é prudente o cientista francês. Assisti às primeiras comunicações sobre o BCG, que constituíram um fenômeno biológico e social fundamental. Assisti à primeira comunicação e saí da conferência num estado de grande excitação. Encontrei um grande cientista que assistira à mesma reunião e vim a conversar com ele um pouco juvenilmente, ardente, e ele me disse: “Meu amigo, só leve a sério a causa que conseguir manter-se importante pelo menos por dez anos”.

A Casa de Augusto Comte e o Movimento Positivista

Ao chegar a Paris, no dia 18 de outubro de 1927, o meu primeiro choque emocional foi a igreja de Notre-Dame. Saía eu de casa sem saber bem o rumo que tomava e, de repente, no táxi, vejo levantar-se à minha esquerda uma sombra negra. Peço ao chofer que me diga o que é, e ele, levantando os ombros, falou naquele sotaque de chofer francês: “Monsieur c’est Notre-Dame, monsieur”, e eu disse: “Pare, pare!”. Desci e fiquei num estado de êxtase. Era um reencontro, como tudo o que vê em Paris quem teve uma formação de inspiração francesa.

A segunda grande emoção ocorreu dois dias depois, indo à Rua Monsieur Le Prince em busca do número 10, onde Auguste Comte tinha passado os últimos dezesseis anos de sua vida e onde havia morrido. Bati à porta, fui recebido por uma senhora e lhe disse: “Gostaria de visitar o apartamento de Auguste Comte”. Ela respondeu: “Só com uma autorização do gerente, Monsieur Saunier. O Sr. escreve a ele e depois volta”. Fiz tudo isso e, dias depois, o próprio gerente estava lá à minha espera. Entrei naquela casa, que para mim, formado no meio positivista brasileiro, tinha o valor de um santuário. Ali havia vivido um filósofo, um renovador, que era ao mesmo tempo um líder espiritual, uma espécie de profeta dos tempos novos. Mas achei tudo muito abandonado. Perguntei ao gerente: “Em que pé estão os arquivos? Já foram inventariados? Já foi publicada uma lista? Onde estão os manuscritos de todas as obras que no testamento ele declara que estão intactos?” Ele me respondeu: “Não houve inventário. Os manuscritos estão guardados aqui, mas não estão encadernados. Estão envoltos em papéis”. Insisti sobre a necessidade disso, então ele de repente me disse: “Nós somos poucos, somos velhos, o senhor quer nos ajudar?” De repente, por uma espécie de contágio afetivo, intelectual, ofereceram-me a liberdade de ir quando eu quisesse

tocar naqueles arquivos, manuscritos, papéis, e classificá-los, inventariá-los. Fiquei surpreso: “Mas isso é um tesouro imenso, estou chegando, o senhor não me conhece!”.

Às sextas-feiras, no fim da tarde, depois de encerrado o meu trabalho de laboratório, eu ia para lá; e passava o sábado inteiro remexendo nos papéis, com uma grande unção. Sempre me lembro das palavras de um dos biógrafos de Dante: “Com que emoção nos poríamos de joelhos se encontrássemos um manuscrito de Dante, do qual não se tem nenhum”. Comecei a tocar aqueles manuscritos com essa emoção, de quem está diante de um tesouro espiritual, de um patrimônio. Então iniciei, pouco a pouco, a grande renovação desse espólio que se estava guardando mas sem conservação adequada. Obtive recursos de casa, da família, de meu pai, de meus tios, para mandar encadernar todos os manuscritos do Comte, ou seja, dezessete obras integralmente manuscritas, em estado perfeito. Creio que é um exemplo único na História de uma grande obra que está conservada em manuscrito em perfeito estado.

Mas o apartamento tinha sido pouco a pouco desvirtuado: morria um positivista aqui, punha-se um retrato dele, morria um outro acolá, punha-se outro retrato. Havia perdido a autenticidade que o Comte pedira no seu testamento aos que o quisessem conservar. Mas como tirar tudo aquilo, com que critério, o que seria contemporâneo do Comte e posterior a ele? Achei um pequeno papel em que se falava num inventário judiciário que havia sido feito dias depois da morte dele. Onde estaria esse inventário? Levei dois anos para achar. Estava num notário francês arquivado, esquecido. De posse disso, pude então reconstituir o apartamento do Comte tal como ele estava no dia 5 de setembro de 1857, quando o Comte morreu. Aí então o apartamento adquiriu o sentido histórico perfeito. Mas para isso era preciso achar um lugar para guardar aquilo tudo. Consegui recursos também daqui, também da minha família, para expelir um locatário de todo o andar térreo e adaptá-lo a receber esse material todo, que, embora espúrio, era importante para a história do movimento positivista.

Assim fui ficando, até que a guerra chegou e o gerente, prevendo a gravidade dos acontecimentos, instituiu-me seu sucessor. Passei então a ser o responsável por aquele patrimônio, sem que até hoje ninguém tenha tomado conhecimento juridicamente do que tenho nas mãos, do qual eu poderia dispor arbitrariamente se me acontecesse amanhã um transvio qualquer de loucura. Mas, prevendo o futuro, em 1957 trans-

formei aquela sociedade muito vaga que existia até então – e que era proprietária do imóvel, não só do apartamento, mas do imóvel todo – em uma associação internacional: “Casa de Auguste Comte”, registrada e que se compõe hoje de umas 38 a 40 pessoas que fui recrutando entre os historiadores que se ocupavam de Comte, membros da Academia de Ciências Morais e Políticas, membros da Academia Francesa. Lá estão hoje o Henri Gullier, o principal biógrafo de Comte, o professor Bastide, que é um dos grandes historiadores do pensamento educacional de Comte, o jovem membro da Academia Francesa D’Ormeson – digo jovem porque é o mais moço de todos na Academia Francesa –, que é também um amigo pessoal. (...)

Uma vez os arquivos todos inventariados e dispondo de inúmeros inéditos, passei a publicar uma coleção que tem o título de *Arquivos Positivistas*, em francês. Os primeiros volumes foram publicados em 1939 com o título *Novas Cartas Inéditas*. Depois disso, fui reunindo material para uma obra de maior vulto, que é a correspondência integral do Comte, em ordem cronológica. O Conselho Federal de Cultura tem recebido volume após volume. Já foram publicados três volumes e o quarto está no prelo. Preciso viver ainda uns cinco anos para chegar ao oitavo volume, que completará a coleção de umas três mil cartas, ilustradas, comentadas, com uma introdução grande minha e notas de um colega meu, Pierre Arnaud, professor da Universidade de Grenoble e também comteano. Dessa edição, a difusão é grande sobretudo nos Estados Unidos, porque, contrariamente ao que se pensa no Brasil e alhures, há hoje um movimento muito interessante de teses de Ciências Sociais em torno de Comte, sobretudo nos Estados Unidos. Talvez porque a mina Comte não tenha sido suficientemente explorada. Os jovens que querem matéria para teses vão procurar onde encontram possibilidades. Uma estatística que li registra umas cinquenta teses por ano feitas nos Estados Unidos em torno de temas extraídos aqui e ali das obras de Comte.

No ano atrasado [1978], realizamos um colóquio que teve uma participação muito grande de universitários franceses, em torno da “Lei dos Três Estados”, que é a peça-mestra da obra de Comte. No ano passado fizemos um novo colóquio, na Unesco, em torno do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas, sobre a concepção de poder espiritual do futuro na obra de Comte. No ano que vem vamos fazer um grande colóquio comemorando os 150 anos do Curso de Filosofia Positiva. De modo que, em torno da casa de Comte, que é hoje visitada por um

grande número de universitários do mundo inteiro, do Japão, da China, dos Estados Unidos, realmente se consolidou a imagem do Comte, a ponto de o governo francês ter criado no ano passado, na Escola Politécnica de Paris, um instituto ao qual deu o nome de Instituto Auguste Comte, cujo objetivo é oferecer aos representantes da indústria – que em grande parte são antigos alunos da Escola Politécnica – uma formação sociológica. Os cursos têm esse conteúdo, sob o título de “Ciências da Ação”.

Paris, a França ocupada e a internação na Alemanha nazista

Estabeleceu-se de mim para Paris e de Paris para comigo um diálogo permanente, um diálogo a todas as horas. (...) Andar pelas ruas de Paris é conviver com a História, é entrar nela, é participar de tudo que se fez de grande na evolução humana, por isso é uma aprendizagem contínua de humildade e um sentimento de grandeza, e que se desenvolve ao lado de tudo que aquela cidade representa. Cheguei a Paris já intoxicado por Paris, não podendo me libertar de Paris. Com o tempo, essa ligação, essa intimidade não cessou de aumentar. Os anos de felicidade, de um convívio ameno, foram seguidos por anos de tormenta, em que Paris sofreu mutilações, injúrias que repercutiram em mim. Passei a sofrer quando o soldado alemão entrava pelas ruas de Paris, quando as bombas ameaçavam Paris, quando os próprios parisienses se iam corrompendo sob a pressão de uma ocupação militar, quando o Exército francês capitulou sem dever capitular. A desorganização política da França evitou e impediu sobressaltos aguardados no momento decisivo. Uma forma de decadência se manifestou indiscutivelmente, da qual fui testemunha, como todo o mundo penalizado, mas impotente.

Ao mesmo tempo em que essa Paris viva sofria altos e baixos, momentos de triunfo e momentos de revés, foram surgindo forças novas. A primeira grande força foi o general De Gaulle. Eu estava em Bordeaux, depois de um grande bombardeio, em junho de 1940, quando se ouviu inesperadamente a famosa declaração dele pelo rádio, vinda de Londres; foi um sobressalto extraordinário. Depois veio o período difícil da ocupação, em que, contrariamente ao que se diz, a maioria da população francesa se portou com muita dignidade, as mulheres sobretudo. As mulheres são a meu ver a melhor parte da França, são a melhor parte do mundo, mas especialmente da França. Tenho sempre a impressão de que o homem não tem aquele valor moral, de devoção, de resistência

mesma, às provações. Vi as mulheres às cinco horas da manhã, invernos de dois a três graus abaixo de zero, fazendo filas para ter um litro de leite para as crianças. Vi Paris vazia, o êxodo de Paris foi um dos espetáculos mais aterradores que vi. Vi uma cidade que, de repente, sofre uma sangria por todas as suas portas, perde cinco milhões dos seus moradores no período de uma semana e subitamente vira uma cidade morta. Acompanhei tardiamente, depois da cidade vazia, o embaixador Souza Dantas, que devia juntar-se ao governo francês e ir para Bordeaux. Vi aquelas estradas cheias de automóveis derrubados, de gente a pé, a cavalo, de bicicleta, saindo da cidade por todos os meios imagináveis. Era uma cidade em pânico, e foi um espetáculo terrível. Ver uma das cidades mais nobres do mundo transformada em pânico coletivo é inexprimível.

Quando o Brasil rompeu relações com a Alemanha, fomos levados para Baden-Baden. Aí foi um período curto. Depois fui levado para Lisboa, tal como todo o grupo que estava em Paris. Chegando a Lisboa, estando eu ainda incumbido de trabalhos e estando a França com metade do seu território livre – a chamada França livre –, o nosso embaixador, estando em Vichy, sendo um dos meus maiores amigos, chamou-me por telefone: “Venha, estamos aqui todos”. Fui para Vichy. Lá fiquei durante um ano e meio, até o dia 11 de novembro de 1942. A famosa zona livre foi ocupada pelas forças alemãs. (...) Eu estava com o embaixador Souza Dantas no hotel ao lado da embaixada, tomando um café depois de um ligeiro almoço, quando toca o telefone. Era o Tavares Bastos, nosso poeta e amigo, que dizia: “Embaixador, os soldados alemães acabam de entrar na embaixada armados”. O embaixador pega o chapéu, desce as escadas como um furacão, sem pronunciar palavras até chegarmos em frente da embaixada. Ele toca a campainha e ninguém abre. Ele esmurra a porta. No final, depois de uns minutos, a porta se abre. Eram dois soldados alemães com fuzil e uns oficiais, que estavam no fundo. Ele entra aos gritos e protesta: “O que estão fazendo aqui? Isto aqui é minha casa. Os senhores não têm o direito de penetrar na Embaixada do Brasil. Isto aqui é um território neutro. Os senhores não estão aqui para obedecer às ordens do seu Fuhrer. Estão aqui para obedecer às ordens do governo brasileiro, que é o único dono aqui. Vão embora... passez, monsieur, passez!”.

O oficial alemão, cansado de ouvir injúrias, pegou o revólver, botou em cima da mesa e disse: “Assez, monsieur!”. Peguei o Dantas pelo braço e disse a ele: “O senhor já disse tudo o que podia dizer e mais do que poderia ter dito, vamos embora”. Entramos e saímos e ninguém nos

impediu objetivamente, porque tudo isso se passava diante de um grupo brasileiro que estava num canto da sala, assustado com tudo que estava se passando. O Dantas inteiramente indiferente aos riscos e perigos, insultando até o último instante esse oficial alemão.

Saímos pela porta afora e fomos ao gabinete do chefe do governo francês, que era então o presidente Laval, com o qual o Dantas tinha relações de amizade há vinte anos. Eles se tuteavam. Com o mesmo furor com que ele entrou na Embaixada do Brasil, subiu as escadas do presidente do conselho sem dar explicações a ninguém, dizendo: “Vou ver o Laval, vou ver o Laval”. Chegamos a ele e eu estava ali, na frente do Laval, sentado no seu bureau, e o Dantas invectiva: “Você é ainda chefe de governo, você sabe o que se está passando nas embaixadas, e na minha?”. Laval, atordoado, ficou silencioso durante uns minutos – o Dantas pálido de cólera – e em seguida disse simplesmente: “Monsieur Dantas, é muito duro ser vencido. Não posso fazer nada”. Então, saímos dali e fomos procurar o Núncio Apostólico, que também era perfeitamente impotente.

Vinte e quatro horas depois fomos todos presos e levados. Mas admirei a energia do embaixador, a coragem física, de que ninguém em geral tem idéia, porque era um homem ameno, polido, generoso, mas também um modelo de coragem. Assim ele se portou ao chegarmos a Godesberg. A autoridade alemã disse a ele: “Ninguém pode sair senão acompanhado por policiais, mas esta regra não se aplica ao senhor”, ao que ele respondeu: “Se se aplica aos outros, com mais razão aplica-se a mim”. Nunca mais ele saiu do hotel em que estavam os presos sem escolta e submeteu-se à mesma disciplina que os demais (...).

Ficamos em Godesberg quatorze meses. Ali a grande figura foi o embaixador Souza Dantas. Éramos 140 latino-americanos, 25 brasileiros. Ele era o decano do corpo diplomático e foi o chefe sereno, generoso, que durante todo esse tempo presidiu aquele convívio forçado de homens, mulheres e crianças, criados, papagaios, tudo que a família latino-americana leva consigo. Levei um caixote de livros. Um dia decidi abri-lo, o que provocou grande celeuma. Alguém dizia: “Com isto tudo você dá a impressão de que vamos ficar aqui muito tempo. Nós vamos embora dentro de quinze dias”. E quinze dias foram quatorze meses, e esses livros acabaram servindo a todo mundo. Criei um curso. Ensinei um pouco do que eu sabia e do que eu não sabia a uma juventude adolescente que estava precisando de leituras...

Da atividade científica à diplomacia da Unesco

Eu estava trabalhando no Instituto Pasteur quando surgiu a ameaça de guerra, ameaça que durante muito tempo ficou latente, diante de uma espécie de ceticismo e de inconsciência. Os acontecimentos foram se agravando e nós trabalhando, como se nada houvesse além do Instituto Pasteur em 1939, 1940, até que aquela fase se transformou realmente num conflito. O Brasil não estando em guerra e o professor Gabriel Bertrand estando quase desprovido de seus assistentes e assessores – que foram mobilizados, um para aqui, outro para ali –, apegou-se muito a mim e me disse: “Você pode ficar aqui?”, ao que respondi: “Posso”. Continuamos em condições muito difíceis o trabalho, com um rendimento mínimo. Já não havia possibilidade de receber documentação, nem de irradiar os trabalhos, mas lá fiquei. Estourou a guerra, a França foi invadida, a França capitulou. Só quando o Brasil entrou em guerra é que fui obrigado a deixar Paris, onde passei, durante cerca de dois anos, a vida da ocupação de Paris. Fui levado para a Alemanha. Lá passei quatorze meses de internação.

Voltei ao Brasil, chegando aqui no dia 13 de maio de 1944. Eu estivera no Brasil pela última vez em outubro de 1939. De modo que foi um longo período de ausência e de choque profundo, choque emocional, e senti a necessidade de contribuir de algum modo para que uma catástrofe semelhante [a guerra] não se pudesse realizar. Chegando ao Brasil fui induzido a colaborar num grupo que o Itamaraty havia instituído, com o meu querido amigo Roberto Assumpção, com Roquette-Pinto, com Miguel Ozorio, de criação de uma organização nova, que propiciasse a paz através da educação, da ciência e da cultura. Os ministros da Educação de países aliados se reuniam então em Londres. Não tinha ainda terminado a guerra, mas o projeto de tal entidade estava em curso. Participei da comissão brasileira incumbida de enviar sugestões a Londres durante o ano de 1944 para criação dessa entidade, cujo nome não estava ainda bem definido, mas que visava ao estabelecimento de condições de paz através de um processo cultural.

Terminada a guerra, volto a Paris, sempre em missão do governo brasileiro, para retomar um pouco o curso dos meus trabalhos. Nada tinha sido tocado, minha mesa de laboratório estava intacta, minhas amostras, meus trabalhos novos. Logo ao chegar, recebo um convite inesperado para participar da Delegação Brasileira à Conferência das Nações

Unidas que se realizava em Londres, onde esse projeto de criação de uma entidade nova destinada à paz pela educação, a ciência e a cultura iria ser definitivamente constituído.

Tomei parte da delegação, que era composta do meu queridíssimo mestre, incomparável amigo embaixador Souza Dantas, com o embaixador do Brasil em Londres, com o embaixador Ciro de Freitas Vale, com Vasco Leitão da Cunha, que era então ministro, e participei durante um mês dos trabalhos que deram origem à Unesco. Pensei que, terminado o trabalho, voltaria ao meu laboratório – embora já estivesse muito motivado por essa fase de renovação política através de entidades desse tipo. É então que recebo um telegrama do ministro João Neves da Fontoura, que me dizia: “De acordo com a estrutura da nova organização, haverá delegados permanentes. A organização vai para Paris, convido você para ser delegado permanente do Brasil junto à Unesco”. Aceitei pensando que podia partilhar o meu tempo entre o Instituto Pasteur e a Unesco, mas verifiquei que a Unesco era voraz. Então adotei uma expressão que os cientistas usavam de que a ciência é monogâmica, não permite infidelidades.

Tive, portanto, que optar. Esse foi um momento realmente crucial, hesitei muito. A balança pesou ora para aqui, ora para ali. Eu tinha, sem vaidade excessiva, uma perspectiva científica muito boa, mas aí pesou mais a angústia com tudo que eu havia visto. Eu havia visto as cidades destruídas, havia visto Londres naquele estado doloroso em que ficou: aberta, ferida, destruída; tinha assistido à destruição total de Colônia, quando estava instalado em Bad Godesberg, a 10 km em linha reta. Essa sensação de que era mais importante assegurar à nova geração condições de trabalho científico, em que os laboratórios não fossem destruídos, em que os cientistas não fossem massacrados. Pelo menos uns dez dos meus colegas judeus no Instituto Pasteur tinham sido massacrados nos campos de eliminação, de modo que esse ambiente desesperante para quem tinha vivido nele contribuiu muito para essa miragem, não sei o que daí resultará, mas foi a minha motivação para optar pela Unesco.

O projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica

Muito me interessa o projeto da Hiléia, para esclarecê-lo. Antes de participar dos trabalhos da Unesco, enviei ao presidente Getúlio Vargas, com o amparo e o interesse de Luiz Simões Lopes, que era secretário

geral ou chefe de gabinete de Vargas, um projeto exclusivamente brasileiro de estudos amazônicos. Esse projeto encarava a possibilidade de uma iniciativa do nosso governo, com a participação de homens de ciência do mundo inteiro, sob exclusiva responsabilidade e controle do governo brasileiro. O projeto, como era hábito do presidente Vargas, foi por ele encaminhado para os serviços competentes e passou uns seis meses de mão em mão no Ministério da Agricultura, até receber um parecer que é um documento tristíssimo de incompetência. O parecer dizia simplesmente que não havia a menor razão de se criar um órgão novo, quando havia em Belém do Pará um Instituto Agrônomo do Norte. (...) À vista dessa recusa, o presidente mandou arquivar.

Passaram-se uns dois anos, quando participei da primeira conferência geral da Unesco, e surge essa instituição com as missões de cooperação internacional em todos os campos e especialmente no campo científico. Discutia-se então uma idéia que germinara havia pouco nas próprias Nações Unidas: a dos laboratórios internacionais. Havia a idéia de um laboratório internacional para o estudo do cérebro, de um laboratório internacional para estudo de várias questões, de Matemática e outras, e me veio à idéia de retomar o meu projeto abortado. Em 1946, apresentei, com aplauso do ministro do Exterior, João Neves da Fontoura, um projeto à primeira comissão científica da Unesco, autorizando o diretor geral a promover estudos no sentido de criação de um instituto internacional de pesquisas para a Hiléia Amazônica, em consulta com os Estados-membros da região.

Assim se fez e o assunto foi discutido no Brasil, como foi discutido na Colômbia, no Peru, no Equador, na Venezuela, e de todos esses países vieram respostas entusiásticas e favoráveis. No Brasil, a comissão brasileira, dirigida por Levi Carneiro, promoveu reuniões de cientistas, uns trinta, comigo presente, que aplaudiram sem reservas. Quando isso se passou, o ministro do Exterior já não era João Neves, era Raul Fernandes, que patrocinou com muito interesse o projeto. Chegou-se à criação de uma comissão que se reuniu em Iquitos para elaborar uma convenção que pusesse o meu projeto em execução. Não participei dessa reunião. Era uma reunião de juristas, para a qual o ministro Raul Fernandes enviou um grande professor de Direito Internacional, Lineu de Albuquerque Melo, que foi o responsável principal pela redação do projeto. Portanto, o projeto progredia com uma sanção jurídica brasileira e um patrocínio integral até aquele momento do governo brasileiro.

Assinada a convenção *ad referendum* do Congresso Nacional, recebi o texto e fiquei felicíssimo. Dona Heloísa Alberto Torres havia participado da reunião de Iquitos, como consultante, com uns quatro ou cinco homens de ciência do Brasil. O ministro do Exterior enviou ao presidente da República Eurico Gaspar Dutra uma mensagem sob a sua responsabilidade – era um grande jurista internacional, Raul Fernandes –, solicitando ao presidente que encaminhasse o projeto ao Congresso. Com a assinatura do presidente Dutra, chegou esse projeto ao Congresso e parecia que seria sancionado por todas as forças válidas do Brasil, homens de ciências, juristas e militares. Chegando ao Congresso, coincidiu que o Brasil se estava dilacerando em torno do “Petróleo é nosso” e criou-se o *slogan* “A Amazônia é nossa”. Eu disse no escrito: “Só será nossa quando essa mancha verde tomar um sentido econômico e for em primeiro lugar conhecida, analisada, estudada”.

Misturaram-se então as hostilidades – problemas do petróleo transformaram-se em problemas da Amazônia –, e o ex-presidente Arthur Bernardes, movido por fatores de diversas ordens, dirigiu uma campanha em que fui acusado de estar vendendo a Amazônia. Não sabia bem a quem! Para uns, eu estava vendendo a Amazônia especificamente aos Estados Unidos, que não participaram de nenhuma reunião em torno do assunto, ou vendendo aos países socialistas, soviéticos, que iriam invadir o Brasil. Foram ditas as coisas mais extraordinárias. O projeto foi desfigurado de tal modo que se tornou impossível trocar idéia com quem quer que fosse, porque falavam-se coisas distintas. Quando eu dizia Hileia Amazônica, um via os Estados Unidos entrando no Brasil, o outro via a Rússia ameaçando a soberania nacional, mas nenhum lia os textos claros, límpidos, em que a soberania brasileira estava 100% preservada.

Para a cobertura máxima, o ministro do Exterior solicitou ao Estado-Maior das Forças Armadas um parecer. Esse documento foi assinado pelo general César Obino. É um parecer luminoso, em que se lê: “Perfeito, iniciativa admirável, felicitemos os promotores”. “Eu sugeriria”, diz o general César Obino, “para tornar mais claro o texto da Constituição, que a letra ‘C’ do parágrafo tal seja expressa de modo diferente do que está, acentuando bem que, no território de qualquer dos estados signatários, nenhum trabalho se fará sem a aprovação direta do estado em questão”, o que estava implícito inteiramente no texto, mas assim foi feito. Vim de Paris e promovi uma nova reunião de todos os signatários, para adaptar o texto a essa ligeira adição que o Estado-Maior sugeriu. Assinaram todos.

Parecia que o problema estava resolvido. Foi remetido tudo ao Congresso e dorme até hoje não se sabe em que gaveta, não se sabe em que comissão, desde 1953 ou 1954. Enquanto isso, a Amazônia cai aos pedaços, as áreas já destruídas são imensas. Criou-se um fantasma em torno do projeto, com a cumplicidade, devo dizer, do próprio Ministério do Exterior, que, tendo sido berço do projeto, patrocinado por dois de seus mais eminentes ministros, João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, não toca no documento por medo de ferir algo que está no ar e que ninguém sabe bem o que é.

Por iniciativa do ministro Azeredo da Silveira, foi criado o Pacto Amazônico, de forma admirável. O texto é excelente, mas era o momento obrigatório de evocar um antecedente que correspondia, quase que palavra por palavra, ao objetivo do Pacto Amazônico, que prevê primeiro que a cooperação se fará no nível científico, que se criarão instituições comuns para o estudo dos problemas, com a eventual participação dos organismos internacionais que correspondam aos objetivos do Pacto Amazônico. De modo que a questão está de novo em aberto. Se alguém tiver coragem de pronunciar junto do presidente da República o nome de Hiléia Amazônica, ele provavelmente terá um sobressalto. Se ele tiver tempo para ler o texto do projeto, verá que perdemos, de 1954 até hoje, um tempo precioso em que nenhum dos estudos então previstos – e que teriam permitido uma eventual utilização da floresta Amazônica – foi à frente.

Afinal, a floresta Amazônica não pode ser um museu. As florestas do mundo inteiro, da Suécia, da Rússia, da França são utilizadas. O problema é racionalizar a utilização dessa floresta, à luz do estudo ecológico aprofundado dessa grande área. Eu me felicito de ter tomado essa iniciativa. Penitencio-me um pouco talvez por não ter sacrificado mais tempo à luta em favor dessa idéia, mas achei que era o momento de deixar o Brasil livre para se pronunciar, já que os meios científicos também se mostraram muito tímidos. A Academia de Ciências nunca tomou uma atitude de análise fria do problema. O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), dirigido pelo meu querido amigo Álvaro Alberto, chamou-me num dado momento, dizendo: “Olha, aquele seu projeto, que achamos excelente, tornou-se inviável em virtude desse clima. Pedimos que colabore conosco para criar o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia”. Vim e colaborei como pude para a constituição do Inpa, sabendo de antemão que ele não teria nem recursos, nem pessoal para abordar o problema com aquela amplitude; mas era uma iniciativa decorrente já do projeto

inicial e dentro do nível das possibilidades de então. É possível que à luz do Pacto Amazônico se possa ampliar as atribuições do Inpa, religá-lo a institutos similares dos países vizinhos, para empreender então uma tarefa de natureza global na região.

O trabalho de salvação dos monumentos históricos

Fomos solicitados em 1949, pelo ministro da Cultura do Egito, em carta muito comovente em que ele anunciava o risco que estavam correndo os vinte templos faraônicos situados ao longo do Nilo, entre a primeira e a terceira catarata. O risco era causado pelo plano de construção da nova barragem do Nilo, que ia elevar as águas do rio até o extremo da segunda catarata de sessenta metros, submergindo todos esses templos para sempre. Solicitou a atenção da Unesco e a possibilidade de uma cooperação internacional para salvação desses monumentos.

Parti para o Egito ao encontro do presidente Nasser, que me recebeu muito entusiasticamente. Pôs à minha disposição o iate dele, e fiz a primeira excursão subindo o Nilo, de Assuã até a fronteira do país mais próximo, fazendo a naveta de uma margem à outra do Nilo, durante cinco dias. Acompanhavam-me quatro arqueólogos, etnógrafos egípcios. Íamos fazendo um reconhecimento do que merecia ser salvo, até chegarmos ao grande monumento de Ramsés II, o templo de Abu Simbel, realmente maravilhosos.

De volta, estive de novo com o presidente Nasser e disse a ele que iria promover uma campanha internacional. Surgiram assim, nas Conferências de 1950, 1951, 1952 da Unesco, os primeiros movimentos, os primeiros apelos para reunir fundos que se avaliavam desde logo como vultosos. De fato, foram necessários ao todo, até este momento, cerca de 40 milhões de dólares, que foram doados. Nunca se retirou do orçamento obrigatório da Unesco, formado pela contribuição dos estados membros, um centimo. Foram todas contribuições voluntárias, em grande parte, como sempre acontece, dos Estados Unidos, que ofereceram praticamente a metade desta soma, por doações privadas ou por doações públicas.

Em certo momento a situação financeira tornou-se muito grave, porque as contribuições prometidas nem sempre chegavam a tempo e a obra não podia sofrer atraso, nem interrupção. Os Estados Unidos tinham oferecido dez milhões de dólares e haviam dado uma parte, mas era preciso complementá-la com urgência. Eu, como presidente da comissão

de salvação dos monumentos históricos, fui a Washington. Ao chegar lá, onde estava sendo esperado do modo mais acolhedor possível, o sub-secretário de Estado me disse: "O senhor chegou num dia desastrado. A nossa embaixada no Cairo foi ontem apedrejada e queimada. Com que ânimo vou solicitar ao governo norte-americano os dez milhões que o senhor espera? Sei que o senhor está aqui para isso, mas não é possível, o senhor mesmo há de compreender que o momento é o pior possível".

Parti frustradíssimo. Cheguei a Paris, comuniquei-me com o Cairo e anunciei que ia imediatamente entender-me com o presidente Nasser, que me recebeu. Tivemos um diálogo que se tornou no fundo muito cordial, porque ele era um homem de *fair play*. Eu lhe disse: "Presidente, estou com uma incumbência muito penosa. É de lhe pedir que, quando tiver que destruir uma embaixada americana, me avise previamente, para que eu não chegue aos Estados Unidos no próprio dia, o que é totalmente incompatível com a minha missão". Ele me olhou num tom forte que ele tinha, mas, ao mesmo tempo, simpático e me disse: "How right you are". Então eu lhe disse: "Precisamos de um modo de nos entender. Além disso, o presidente Kennedy fez-me saber que o senhor deve respostas a três cartas dele". Ele pensou um pouco e disse: "É verdade". Continuei: "Para salvar essa situação, seria necessário que o senhor escrevesse uma carta ao presidente Kennedy dizendo, de um modo categórico, que o senhor reputa a contribuição americana para salvação dos monumentos da Núbia como um assunto prioritário. Uma carta específica sobre isso". Ele parou de novo, pensou e respondeu: "Uma carta só sobre isso não lhe prometo, mas um grande parágrafo sobre isso na minha próxima carta será feito". Eu disse: "Então, peço simplesmente que me faça saber quando a sua carta for expedida, porque só voltarei aos Estados Unidos depois dessa mensagem sua apaziguando a situação".

De fato, um mês e meio depois, comunicou-me a delegação junto à Unesco que a carta tinha seguido. Dois ou três meses depois voltei aos Estados Unidos, que concedeu a quantia que faltava sem dificuldade. A generosidade americana é muito maior do que se diz e se pensa. Apesar das relações muito tensas com o Egito durante esse período quase todo, manteve-se a solicitude do povo americano, com doações privadas e coletas de dinheiro nas instituições; talvez uns cinco milhões de dólares provêm de contribuições individuais americanas. A fortuna ajuda, mas há também um grande sentimento de solidariedade.

A Comissão de Preservação dos Monumentos na Unesco foi constituída e, desde então, eu a presido. Já faz vinte anos que sou presidente dela. Salvamos todos os monumentos que estavam inventariados como merecedores disso, e cada um deles está no seu lugar, a salvo do desaparecimento. O maior, o mais belo, o mais importante são os dois templos de Abu Simbel, hoje abertos à visita do público e conservados de tal maneira que ninguém se dá conta de que tudo aquilo foi cortado em quatro ou cinco mil pedaços e reajustado com exatidão, precisão. Uma das provas é que os pássaros que tinham seus ninhos num recanto particular do templo continuam a encontrar lá os seus ninhos, embora a sessenta metros de altura e a dois quilômetros do ponto em que se encontravam. Dentro da mesma orientação em relação ao sol, todas as características físicas e astronômicas do templo foram rigorosamente respeitadas. Falta um único templo, que será removido em novembro deste ano. Estava situado na ilha de Philae e vai para a ilha de Agilka, muito próxima, mas mais alta.

Esse foi um esforço internacional, talvez o de maior vulto que já se fez de cooperação voluntária, através de equipes técnicas extraordinárias, com grande contribuição de homens de ciências, de engenheiros de uns vinte países. Hoje esse esforço está coroado, creio eu, do maior êxito. Na última Conferência Geral da Unesco, realizada no ano passado [1978], fui incumbido pelo Conselho Executivo, do qual fazia parte, de apresentar duas moções que foram aprovadas, felizmente por unanimidade. Uma tendente a prolongar a missão do comitê que presido desde 1960, para concluir as obras em curso e para que este mesmo comitê promova a construção de um museu em Assuã, que reúna tudo que foi descoberto e achado nas escavações realizadas pela primeira vez ao longo do Nilo, entre a primeira e a segunda catarata, numa extensão de cerca de quinhentos quilômetros de cada lado. Achou-se uma multidão de coisas diferentes, desde igrejas cristãs do século VII – descobertas intactas, com as suas pinturas murais, com as suas estátuas, por uma missão arqueológica polonesa – até os instrumentos mais primitivos da pré-história. Todos eles indicam que aquela área foi um entrecruzamento de civilizações extraordinariamente diversificadas. Disse-me um dos escavadores holandeses, ao termo dessa grande campanha, que foi empreendida por um grupo de universidades do mundo inteiro, inclusive da Argentina: “Aprendeu-se mais sobre a civilização egípcia nesses 25 anos em que essas últimas escavações foram feitas do que se sabia até então”, o que é uma dimensão enorme.

Esse museu previsto para Assuã reuniria tudo que foi descoberto de importante nessas escavações e tudo que de algum modo se relacione com esses templos. O Egito é um museu em si mesmo, e o Museu do Cairo foi criado em 1900 também por uma iniciativa internacional. O prédio atual foi construído por subvenção internacional, em 1900. Hoje é um depósito poeirento, inteiramente indigno das riquezas que hospeda. Propusemos então que, uma vez terminada essa campanha, uma vez concluído o Museu de Assuã, que se empreendesse um plano de construção de um novo Museu Faraônico, exclusivamente faraônico, num outro lugar do Cairo, que já está mais ou menos escolhido, numa grande ilha no centro do Nilo. Ele servirá para albergar o que há de mais importante no velho museu, e o que possa provir dessas descobertas novas e que, de preferência, se situe no grande Museu do Cairo, ficando o antigo, que está sendo também reconstituído materialmente, como um centro de formação de especialistas, arqueólogos, egiptólogos, no sentido *lato* da palavra, deixando ao novo museu a função de mostruário, de exibição, de exposição permanente.

(...) À medida que o programa de salvação dos monumentos da Núbia se tornava conhecido, a Unesco passou a receber solicitações inúmeras. Há hoje talvez uns trinta projetos de proteção e salvação de monumentos naturais ou monumentos históricos em países dos mais diversos do mundo. No momento, estamos trabalhando na Indonésia, com o grande templo budista de Borobodu, que é o maior templo, materialmente de grande beleza, e que estava extremamente comprometido pela ação do tempo, da umidade, de ligeiros tremores de terra. Mas não é só lá! Toda a bacia do Mediterrâneo Oriental está sendo também objeto de reconstruções. Na Tunísia, na Argélia e na Síria. Para a América Latina, os primeiros socorros da Unesco foram feitos no Peru, em Cuzco. Depois, quando houve uns tremores de terra naquela área, a Unesco também deu um auxílio muito grande.

A situação do Brasil é boa, embora o país tenha custado muito a ratificar a convenção de Proteção Internacional dos Monumentos. Afinal isso ocorreu, e os primeiros pedidos que recebi, há muitos anos, quando chefiava a delegação do Brasil na Unesco, vieram do Museu Nacional, por intermédio de D. Heloísa Alberto Torres, que se interessou pessoalmente por um auxílio de especialistas que vieram colaborar em vários projetos pequenos, mas importantes, do museu. Depois veio o problema da Bahia, com o Pelourinho. Neste caso a ação da Unesco foi muito

importante, porque orientou o projeto, a reconstituição. Mandamos missões. Vocês conhecem os resultados.

Foram feitas publicações muito importantes – uma missão global, dando um balanço dos museus, e documentos artísticos, históricos do Brasil, um fascículo muito importante, dando ao mundo conhecimento, por esse inventário, do que temos a salvaguardar. Depois, foram feitos estudos específicos sobre Parati, sobre o Pelourinho (Bahia), sobre Alcântara (Maranhão), mas a Unesco não dispõe de recursos próprios para atender. É preciso a cada vez promover uma campanha de contribuições voluntárias de doações, com a participação dos governos. O Egito não ficou alheio às despesas do salvamento desses monumentos da Núbia e contribuiu em tudo, com pelo menos um terço das despesas. De modo que é preciso que o governo brasileiro assuma uma atitude parecida. Primeiro, de interesse capital, dando prioridade aos seus pedidos de cooperação com a Unesco e dispondo de recursos, pelo menos na base de um terço das despesas previstas. (...) É preciso que a formulação às Conferências Gerais leve a garantia de uma contribuição e de uma continuidade de ação por parte do governo brasileiro. Foi a Unesco que indicou esse arquiteto português que prestou a Ouro Preto um serviço enorme, fazendo um inventário do que era realmente do século XVIII em Ouro Preto.

O projeto da História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade

A idéia deste projeto nasceu desde o princípio da Unesco. O seu promotor real foi o primeiro diretor geral da Unesco, Julian Huxley, que, sendo um grande cientista, era ao mesmo tempo um grande humanista. Ele sempre teve a preocupação de ligar a evolução social à evolução científica e de ver no desdobramento do progresso cultural e científico uma melhor maneira de apreciar a evolução humana no seu conjunto, fora dos conflitos militares, fora dos fatores puramente econômicos. Huxley sugeriu, em 1947, na primeira conferência que a Unesco realizou fora de Paris, no México, que se constituísse uma comissão que preparasse um anteprojeto de uma História Científica e Cultural da Humanidade.

Essa idéia despertou vivo interesse. Fui logo escolhido como um dos participantes da comissão preparatória. Miguel Ozorio de Almeida foi solicitado, por sugestão minha, para apresentar um anteprojeto. Dois

ou três outros homens de letras e homens de história receberam a mesma solicitação. Esses documentos foram todos reunidos, discutidos, analisados e, desse conjunto de sugestões, o professor Lucien Fébvre fez outro. Nasceu um esboço de plano, em que se constituiria uma comissão que teria o seu presidente, o seu secretário geral, composto de historiadores, de homens de letras e de homens de ciência, em distribuição geográfica equitativa. Em 1950 se formou a comissão preparatória. Fui eleito presidente dessa comissão. Organizei, como técnica de trabalho, a distribuição da tarefa a um grande número de consultores, distribuídos no mundo inteiro. Chegamos a ter uns trezentos consultores especiais. No Brasil, tivemos Miguel Osório, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, que contribuíram em graus diversos. Em cada país formou-se um grupo que enviava propostas, sugestões. (...)

Ao mesmo tempo, organizamos uma revista, para a qual contribuiu Alberto Venâncio Filho com um artigo sobre aspectos políticos da formação do Brasil. Essa revista se chamava *Cadernos de História Mundial*, com quatro números por ano. Chegamos a publicar quatorze anos sucessivos dessa revista (*The World History*), que constituíram subsídios para a elaboração dos textos. À luz das consultas, à luz dos artigos nessa revista, um grupo restrito de homens foi escolhido para redigir, em primeira mão, os volumes. O primeiro texto era um versão preliminar que circulava entre os vários consultores para receber comentários, críticas, demolições; e, pouco a pouco, se juntavam notas a esses textos, notas muitas vezes contraditórias com o texto de base. Isso dava ao texto final uma abertura muito grande: ao lado da redação formulada pelo responsável do volume, encontram-se notas em contradição, em oposição a ela. De modo que é a primeira vez talvez em que, no mesmo volume, lado a lado, se encontram as contestações que outros historiadores, juntamente com os mesmos méritos pessoais, façam a um texto inicial integrado. Essa edição finalmente ficou pronta em manuscrito em torno de 1960, a última penada dos volumes que vêm da pré-história até o ano de 1960. Foi publicado em francês, em inglês, em sérvio-croata, em grego, em hebreu, mas não consegui que se publicasse em português (...).

Hoje decidimos fazer uma reedição da *História*, retomando-a do começo ao fim, com plena liberdade de análise crítica, de modo que surja uma *História* que seja parente muito próximo da inicial, mas com complementos a cada volume. Por exemplo, o primeiro volume, que é dedicado em grande parte à pré-história, está sujeito a várias retificações,

porque uma série de descobertas novas foram feitas em pré-história na China, na Sibéria, no Brasil. Por todo lado, datas foram mudadas em virtude de medições mais precisas de carbono, de silício, de outros elementos que permitem uma revisão. Assim, cada um dos volumes terminados em 1960 será revisto com o mesmo espírito universal e corrigido e, no que for necessário, ampliado. Além disso, propusemos escrever um volume suplementar, que vai de 1960 a 1980, cobrindo o que se passou de importante no mundo – e quanta coisa importante se passou no mundo na vida científica, tecnológica, cultural, nesses vinte anos, como as viagens à lua, os tratamentos terapêuticos novos, uma infinidade!

Para realizar no Brasil o trabalho de revisão e de coordenação, por sugestão de meu amigo Alberto Venâncio Filho, pedi ao professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Francisco Iglesias, que passasse a coordenar esse movimento de consulta e de revisão, envolvendo cientistas brasileiros, homens de letras brasileiros, historiadores brasileiros, de modo que cada um possa trazer a sua contribuição a este volume e à revisão dos volumes antigos. (...)

Estou muito entusiasmado com a nova missão que me conferiu a Assembléia Geral da Unesco, no ano passado, e volto a Paris no dia 19, especialmente porque no dia 20 [de agosto de 1979] já teremos um encontro lá, com historiadores africanos que estão desejosos por trazer a sua colaboração, porque na primeira impressão da *História* os países africanos ainda não estavam emancipados. O que se refere à África foi escrito por institutos franceses, ingleses e alemães. A China, por exemplo, não fazia parte da Unesco. Houve essa omissão fundamental de que a história da China foi escrita por Joseph Needham e por um grupo de cientistas ingleses. Agora não: todos vão colaborar. Já estou em contato com as entidades científicas e universitárias de Pequim, de Moscou, e essa nova edição terá, assim, uma forma mais de consenso geral. O mundo árabe se torna cada vez mais exigente, mais fanático, e uma das suas grandes objeções é que a nossa interpretação do valor religioso da Caaba não está perfeitamente ajustada (...) às palavras do Corão. Mas tudo isto está sendo visto e revisto. A nossa idéia é atualizar, dando ao passado a importância que ele tem, mas também, no sentido prospectivo, o que já se pode de certo modo antecipar para esse famoso ano 2000, que nos espera, que vos espera.

Em busca da paz mundial

Aqui se encontra o grande drama da Unesco e das organizações internacionais: o conflito mais ou menos latente, mais ou menos patente entre os países ricos e os países pobres, o que se chamou depois de Terceiro Mundo. Foi quando lancei um projeto de criação de um fundo internacional para a educação, a ciência e a cultura destinado a acelerar esse processo de cooperação internacional que, de acordo com a filosofia da Unesco, conduziria a uma paz, à paz dos espíritos; porque éramos guiados em tudo pela linha inicial do estatuto da Unesco. As guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que se devem estabelecer os fundamentos da paz, tese antimarxista por excelência, porque dá preponderância aos fatores de ordem espiritual sobre os fatores de ordem material e temporal. É a filosofia que reina e que nos domina até hoje. Então propus essa medida na conferência que se realizou em Montevideu [1954], evocando o problema da América Latina, e confirmei quando, depois da conferência de Montevideu, fomos para a Índia [1955], onde o espetáculo era o mesmo.

Essas duas conferências da Unesco estabeleciam um contraste tão terrível entre o mundo pobre e o mundo rico que recebi um grande apoio ao meu projeto, mas uma recusa formal, veemente dos Estados Unidos, da Inglaterra (a Alemanha não estava ainda na Unesco nesse momento), da França e dos seus satélites ricos. O projeto nunca pôde entrar em execução. Um motivo maior é que a maioria com que eu contava era muito pequena, porque os estados africanos ainda não estavam na Unesco. Hoje esse projeto está tomando vulto, porque temos entre países pobres uma maioria de quase dois terços, que pode impor à minoria decisões que a princípio eram por ela recusada.

Na Conferência Geral da Unesco de 1962, promovi o projeto que chamei de Organização Racional da Paz. O projeto foi apresentado por mim a título pessoal e depois sancionado por uma comissão ampla, presidida por Noel-Baker, um Prêmio Nobel da Paz na Inglaterra que o aceitou e aplaudiu. Era um projeto preliminar, era em primeiro lugar um esforço para libertar o exame do problema da paz dos constrangimentos políticos que ele sofre. Falar de paz cria sempre em torno de certos países um sentimento de inquietação ou de repulsa, porque cada um pensa que está expondo a sua soberania a riscos se aceitar um programa de paz, ora porque essa paz não pode ser controlada, ora porque não acredita

na paz. Mas essas pressões políticas são um dos fatores determinantes dessa estagnação em que estão os estudos sobre a paz. Porque a paz não pode nascer de uma declaração. A paz é um estado sociológico que deve ser criado pondo em jogo as mais diversas forças sociais.

Então sugeri que se promovesse antes de tudo um campo de estudo e um grupo de estudo sem ligação política com nenhum país, e que fosse constituído dos homens mais eminentes em Filosofia, em História, em Ciências Sociais, em Ciências Humanas. Sugeri também que a esse grupo fosse confiado, pela Unesco, a título pessoal, o exame meticoloso de todas as condições necessárias para que se pudesse encarar um sistema de paz universal, não criado por uma convenção, não criado por um decreto, mas que surgisse de uma renovação intelectual, moral, educacional. Um pouco como o estado de saúde se cria no organismo humano. Não é a força de remédio, é a força de regime que cria condições para que esse conjunto de órgãos funcione normalmente, sem conflito um com o outro, em harmonia com o meio exterior. Essa harmonia é de cada um com a sua coletividade e dessa coletividade com o meio físico. Tudo isso é um mecanismo de uma extrema delicadeza, de uma extrema complexidade. Toda tentativa de solução que não leve em conta todos esses elementos seria tão arbitrária quanto querer criar num homem um estado de perfeita saúde cerebral e física sem nutri-lo como ele precisa ser nutrido, sem o repouso de que carece, sem todas as circunstâncias em que ele deve ser envolvido. Ora, nada disso se faz quando se discute a paz. É um tumulto político em que se debatem interesses de ricos, de pobres, de Oeste, de Leste, em que todos desconfiam uns dos outros, em que todos têm medo uns dos outros. É nesse ambiente de terror, de desconfiança que subitamente se quer criar um desarmamento. É totalmente irrealista. Se não se cria previamente uma atmosfera de confiança, de serenidade, de eliminação do terror, não há desarmamento possível.

Ora, não creio que isso se possa fazer daqui ao ano 2000. Vejo as dificuldades imensas e vejo que a nossa sobrevivência – enquanto não se encara o problema sob esse aspecto de revolução coletiva, psicológica, biológica, econômica, concordante, convergente, enquanto não se faz esse estudo e um planejamento racional – está acontecendo por acaso. Tenho a impressão de que estamos viajando num navio que pode encontrar um iceberg a qualquer momento, sem meios de proteção. Creio sinceramente que esse problema da paz ficará em suspenso enquanto não se der ao problema a sua fundamentação sociológica real.

A demissão do cargo de embaixador do Brasil na Unesco

Não tenho nenhum escrúpulo em mencionar esse caso, que foi um pouco dramatizado pelas circunstâncias especiais em que o Brasil se encontrava. A qualquer momento, qualquer presidente da República, estando eu num cargo de confiança pessoal e em comissão, poderia exonerar-me normalmente, sem nenhum problema, porque compete ao presidente da República nomear um embaixador que não é da carreira e, ao mesmo tempo, demiti-lo. O que tornou grave esse ato foi a circunstância. Meu filho, que é artista, que é arquiteto, tinha tomado parte numa manifestação junto ao Hotel Glória, quando se celebrava uma reunião dos Estados Americanos à qual compareceu o presidente Castelo Branco. No momento em que o presidente chegava, o pequeno grupo do qual ele fazia parte abriu uma bandeira dizendo: "Abaixo a ditadura". Foram todos presos e levados num caminhão; passaram uns quinze dias presos sob interrogatório etc. Todos os jornais declararam: "O filho do embaixador Paulo Carneiro, rebelde, sublevando, manifestando-se etc."

Vi essa notícia um pouco com pesar. Primeiro, pelas circunstâncias em que o meu filho se encontrava, achando que tinha sido um gesto pouco refletido. Porque uma manifestação desse tipo não tem, no fundo, efeito maior, como não teve, receando mais pela carreira dele do que pela minha. Estávamos chegando ao fim do ano. O meu grande amigo no ministério então era Vasco Leitão da Cunha, que me escreveu dizendo: "Nada disso diz respeito a você". Mas ele deixou o cargo e foi nomeado embaixador em Washington. Dias depois, o ato de minha exoneração chegou a Paris, sob uma forma um pouco rude: era um telegrama dando aqueles agradecimentos protocolares e substituindo-me pelo meu velho e querido amigo Carlos Chagas, ao qual enviei imediatamente um telegrama dizendo que me dava grande satisfação ser nesse posto substituído por um homem da estatura intelectual e moral dele.

Mas isso criou um mal-estar em torno dele, em torno de mim, em torno de amigos comuns, sem que as nossas relações tivessem sofrido um mínimo arranhão com isso. A minha demissão foi considerada um gesto injusto porque de todos os lados a imprensa brasileira se manifestou solicitando, com um calor que me comoveu, a minha manutenção no posto, evocando os serviços prestados. O objetivo do governo, que aliás compreendo, era eliminar de um posto muito importante um possível elemento suspeito. Além disso, nunca deixei de cumprir para com

o ex-presidente Juscelino Kubitschek os deveres que me parecem inerentes a um homem que exerceu esse posto e que se encontrava isolado em Paris. Nunca deixei de cumprimentá-lo, nunca deixei de visitá-lo, e isso também contribuiu para tornar-me um pouco suspeito de um eventual espírito de rebeldia, de revolução, que não era absolutamente no meu caso. Eu achava que as circunstâncias em que o movimento de 1964 se produzira haviam sido tão dramáticas, a desordem era de tal ordem, a anarquia tinha chegado a tal ponto que qualquer coisa deveria ter sido feita, mas sem nenhuma rebeldia da minha parte. Toda a Unesco se abalou muito, e fui obrigado a passar a defender o ato para não comprometer demais o meu país.

As relações com a Igreja

Eu não poderia deixar de me referir ao papa João XXIII. Ele era núncio apostólico em Paris quando se criou a *História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade*. Criou-se uma campanha surda, alegando que essa comissão era composta de ateus: Julian Huxley, Paulo Carneiro e dez outros que eram livres-pensadores. Essa campanha ia tomando corpo no Instituto Católico Francês, que era muito poderoso na França. Procurei o núncio apostólico, o futuro papa João XXIII, monsenhor Roncalli. Expus a ele a situação. Ele me disse: “Deixe por minha conta. Aceite o convite que o reitor do Instituto Católico Francês vai lhe fazer para um debate. Vou dar a ele uma surpresa: ao chegar lá, serei eu que presidierei o debate”. E assim fez monsenhor Roncalli. Com espanto meu e ternura minha, ele presidiu o debate e liquidou o assunto em uma hora de discussão. Partii com o seu beneplácito e a sua benção.

Pouco depois, ele me chama e diz: “Quero ser, como a Santa Sé quer, observador oficial da Santa Sé, não do Vaticano, junto à Unesco. O Vaticano é uma cidade que não tem importância. É a Santa Sé”. Mas o estatuto da Unesco é intergovernamental e os juristas da Unesco diziam: “Só pode ser membro ou observador o Estado, o Estado do Vaticano pode ser, a Santa Sé não pode ser”. Então, de acordo com o Roncalli, fui a Roma com o roteiro por ele indicado: “Você vai ser recebido por monsenhor Tardine. Não se assuste, ele é muito agressivo. Depois vai ser recebido por monsenhor Montine. Esse é um príncipe florentino do século XVI e você vai se entender muito bem com ele. Depois desses dois encontros, você será recebido por Pio XII, e agora ponha a sua imaginação em exercício e descubra uma solução”.

Fui muito mal recebido por monsenhor Tardine, como ele previa: “Vocês são todos uns hereges”. E fui muito bem recebido por monsenhor Montine, que depois se tornou Paulo VI e ficou sendo muito meu amigo. Uma conversa encantadora em que lhe disse: “Não vejo solução jurídica a rigor, mas vejo uma solução política. Sou presidente do conselho; ao voltar a Paris, convoco o conselho e faço uma declaração escrita que figurará nas atas do conselho e que ninguém tocará, em que digo: ‘O presidente do conselho, a convite de sua santidade Pio XII, foi em visita à Santa Sé e, de acordo com o santo padre, designa como representante da Santa Sé junto à Unesco o monsenhor Roncalli’”. Tudo isso era arbitrário do ponto de vista rigorosamente constitucional da Unesco. O conselho não iria se opor a essa fórmula de transação. Torres Bodet era o diretor geral da Unesco, tão herege quanto eu e por isso tão amigo da Santa Sé quanto eu, não temos o menor preconceito. Achamos, ao contrário, que devemos prestigiar essas organizações. E assim foi feito até hoje, de modo que fiquei muito bem-visto na Santa Sé, especialmente por monsenhor Roncalli, que se tornou João XXIII, depois por Montine.

A tal ponto que, quando estava fervendo aqui o conflito sobre o Instituto da Hiléia Amazônica e eu estava ameaçado de todos os lados, o cardeal de São Paulo [cardeal Mota], forte amigo pessoal do presidente Bernardes, tinha anunciado que iria fazer uma pastoral acusando-me de estar faltando aos meus deveres em relação ao Brasil junto à Unesco no tocante a esse projeto. Eu ignorava tudo, mas vim ao Brasil e então fiquei sabendo que a pastoral estava redigida, mas que aconteceu uma coisa inesperada.

Nesse ínterim, monsenhor Montine, que era então só secretário de Estado, mandou uma carta ao cardeal do Rio de Janeiro em que dizia: “Chamo a atenção para essa figura admirável que é o representante da Unesco no Brasil, com a qual a Igreja brasileira deve colaborar, que nos prestou um grande serviço resolvendo esse problema que era difícilíssimo, do nosso observador junto à Unesco”. Aconteceu então outra coisa inesperada. Era bispo adjunto Dom Helder Câmara, que eu nunca tinha visto, mas que estava muito bem informado sobre o que se projetava em São Paulo, e por respeito à carta que ele acabava de receber do monsenhor Montine, bateu-se para São Paulo e disse ao cardeal: “Olhe que é o homem contra o qual o senhor está promovendo esta campanha difamatória”. Tudo se desarmou. Cito esse exemplo para mostrar como os acontecimentos se entrelaçam inexplicavelmente, inesperadamente na vida de um homem.

A eleição para a Academia Brasileira de Letras

Nunca pensei na Academia. Meu querido amigo e cunhado Ivan Lins, membro dos mais brilhantes da Academia, um dia me disse: “Por que você não se candidata à Academia?”. Eu lhe respondi: “Há tanta gente que quero ver nessa academia antes de mim, e um dos que eu mais queria ver na academia era Anísio Teixeira”. Fiz saber a Anísio que eu não me apresentaria à Academia enquanto ele não fosse membro. Anísio também não tinha intenção de se candidatar e a minha candidatura foi lançada um pouco à minha revelia. Até que um dia recebo em Paris um telegrama de amigos muito fiéis a Anísio e a mim, no qual me pediam para renunciar em favor da candidatura de Anísio, porque eles estavam forçando o Anísio a aceitar.

Imediatamente mandei um telegrama ao presidente pedindo que retirasse o meu nome da lista, e que desse toda a ênfase à candidatura de Anísio Teixeira. Fiz mal porque isso foi a causa involuntária da morte de Anísio. Quando ele aceitou, depois de muita relutância íntima, começou a fazer as visitas de protocolo. Numa dessas visitas, em casa de um dos acadêmicos que morava em Botafogo, ele subiu a um andar errado, deu-se conta que não estava no andar certo e voltou ao elevador. A inominável desídia brasileira tinha deixado o elevador numa condição em que a porta se abria sem que o elevador estivesse no andar correspondente. Em confiança, Anísio abre a porta e precipita-se no vácuo e ninguém sabe do paradeiro dele. Na véspera, ele tinha estado em minha casa. A família tenta encontrá-lo lá, me chama e criou-se aquele desespero. Morre Anísio, enterra-se Anísio e no momento do enterro aqueles mesmos acadêmicos que tinham pedido que eu renunciasse à minha candidatura em favor de Anísio me solicitaram que reapresentasse a minha candidatura. O tempo era curto, era necessário fazê-lo e foi assim, por um conjunto de circunstâncias, que afinal fui eleito por larga maioria para a academia, para substituir um homem pelo qual eu tinha grande admiração e grande estima, que era o Clementino Fraga.

O meu discurso de posse na academia foi de louvor aos predecesores: Teófilo Dias, Conde de Afonso Celso e o próprio Clementino Fraga. O discurso de Ivan Lins foi uma biografia muito terna da minha própria vida. Hoje sou na Academia um membro esporádico, pois vivo no exterior e venho à academia duas vezes por ano, no máximo. Tenho feito conferências sempre que posso. Fiz uma conferência sobre Francisco

Venâncio Filho, outra sobre os monumentos históricos e artísticos, outra sobre os grandes missioneiros de proteção aos índios.

O legado positivista e a experiência internacional

Fiquei muito fiel ao pensamento fundamental de Auguste Comte, que é o pensamento de renovação, o qual está longe de ser um pensamento de estabilização, como muita gente pensa, que se tem que alimentar do que cada geração traz. O programa do Comte não é um programa final, é um programa inicial. Ele começou uma revolução. Essa revolução tem que se desenvolver, tem que se alimentar de todas as contribuições científicas, estéticas, filosóficas que vão surgindo de geração em geração. O espírito humano não estanca de repente num ano, num século. De modo que eu chamaria o meu positivismo de um positivismo evolutivo, pois que se baseia num conjunto de conceitos fundamentais e que se enriquece de ano para ano com as contribuições que, dentro do espírito positivo, dentro dessa norma do real, do verdadeiro, do útil, vai crescendo.

Nesse sentido, o meu convívio internacional tem contribuído muito. Tive a felicidade de viajar a serviço da Unesco. De país em país, entrando em contato com as suas elites e ao mesmo tempo tendo um campo de observação dos estados de civilização desse grande mosaico humano que é o mundo de hoje, em níveis de cultura e de civilização tão diversificados, e que me serviam de base para comparar com o próprio problema brasileiro. Quando se sai da Índia, todos os problemas brasileiros parecem ser de uma simplicidade extrema, porque lá tudo isso é multiplicado por 400 milhões, e isso encoraja também. Mas ao mesmo tempo a minha sensibilidade se foi aguçando diante da miséria humana, dos sofrimentos humanos, das esperanças humanas, dos desesperos que se foram multiplicando através de cada viagem, de cada contato. Até que hoje me sinto um homem integrado na comunidade humana, na comunidade internacional, como certamente não era há quarenta anos atrás, embora a minha formação me tivesse predisposto a uma aceitação e a uma participação. Mas hoje tudo que se está passando reage dentro de minhas entranhas com uma força enorme, pelos contatos que cada geração dessas proporcionou. Devo muito à Unesco, não só por me ter permitido colaborar e dar de mim mesmo o melhor que possuo em devoção, em esforço intelectual, em esforço criativo, mas por ter recebido esse impacto do nosso tempo por intermédio das suas melhores personalidades, das suas melhores personificações.

Um cidadão do mundo

Os meus ídolos são realmente seres de elite do nosso tempo, com os seus defeitos e dentro das circunstâncias que lhes foram impostas. Começo pelos meus ídolos brasileiros, que são os mais numerosos. Com a maior singeleza, mas com a maior sinceridade, digo que o meu primeiro ídolo foi o meu pai, porque foi um funcionário extraordinário e um educador severo, mas carinhoso e ilustrativo. Eu o via como diretor geral do Ministério da Agricultura, de volta do seu dia de trabalho, às nove horas da noite, terminado o jantar, com uma pilha de papéis assinados do lado esquerdo, e, por vezes, no dia seguinte, às seis da manhã, via-o no mesmo lugar com a pilha do lado direito – tinha passado a noite trabalhando, despachando. Nunca tirou um mês de férias, nunca tirou uma licença, durante quarenta anos trabalhou sem parar, ocupando-se ao mesmo tempo dos negócios públicos com o maior fervor, dentro do movimento republicano, dentro do movimento positivista, lutando pela liberdade e pela justiça em todos os setores, de modo que foi uma impressão de dia e de noite que comandou muito a minha atuação.

Depois, filosoficamente, devo citar o papel preponderante do ensino de Teixeira Mendes, que era um jorro de cultura e de luz. A terceira grande figura que exerceu sobre mim uma ação fascinante foi Rondon, pela obra que realizou e pela sua pessoa humana, que conheci muito de perto, porque era um fraternal amigo de meu pai, meu padrinho. Acompanhei a vida dele passo a passo, porque inúmeros dos meus primos foram membros da Comissão Rondon: uns morreram flechados, outros sobreviveram, e essa epopéia que foi a missão Rondon teve um valor extraordinário na minha imaginação de adolescente. Eu percorria os sertões brasileiros com Roquette-Pinto, com Rondon na minha imaginação; as conferências que o Rondon fez, os primeiros filmes que mostrou, um jovem índio que ele trouxe com oito ou nove anos, colhido na selva, perdido, e que foi morar lá em casa. Recebemos esse menino como quem recebe uma aparição pré-histórica. Procuramos dar surpresas a esse indiozinho, criar um estado emocional nele. Nós o levamos subitamente no mar em Copacabana e ele se mantinha impávido, diante dos bondes ele continuava impávido, mas quando chegava em casa e abria uma torneira e via água cair, inundava a casa, e quando riscava um fósforo, incendiava a casa se pudesse. Era um menino de uma grande inteligência que se tornou, dois anos depois, primeiro aluno do Colégio Lafayette, onde havia dois mil estudantes. Toda essa epopéia Rondon exerceu sobre mim um poder fascinante.

Em seguida, menciono o meu professor de Matemática, pouco conhecido hoje, mas que era um homem admirável como professor e como homem cívico – o seu nome era Raul do Nascimento Guedes. Era uma figura um pouco do século passado, pela sua maneira de ensinar, pelo ardor com que se dava à Álgebra ou à Geometria, como se fossem seres vivos que ele impregnava com uma paixão enorme. Depois menciono Francisco Venâncio, que foi um companheiro mais velho do que eu, uns sete ou oito anos a mais, mas que se tornou meu mestre real, porque me abriu os olhos para um mundo que o meu enclaustramento na seara positivista não tinha conhecido. Ele rompeu esse cerco, mostrando-me essas avenidas novas que se abriam. Depois vem o meu professor na Escola Politécnica, ao qual devo a minha carreira científica, cujo nome era Júlio Ernesto Carlos Lohman.

Essas foram as figuras que exerceram uma influência concreta e direta sobre mim, na minha formação. A seguir recebi a influência científica e carinhosa de Miguel Ozorio, que a meus olhos passou a ser, enquanto viveu e enquanto comigo conviveu, a maior figura da ciência brasileira. Mas não é só nesse mundo que a influência se exerceu. Houve uma influência feminina também muito grande na minha vida. Não falarei jamais de meus amores de adolescente – amores, como todos os amores de adolescência, um pouco pecaminosos, um pouco idealistas –, mas nas admirações que tive já na idade madura. O carinho de minha mãe foi enorme. Eu disse uma vez em uma dedicatória a ela que ela me ensinou a amar, e que não há dom maior que um homem possa receber. Ela me ensinou a amar pelos atos de amor que praticava a todo momento. Até hoje sou um homem amoroso de tudo que me cerca, e em grande parte ouvindo aquela voz do norte do Brasil, muito suave, muito doce.

Tive grandes admirações. Uma grande admiração foi a minha avó. Minha avó nasceu em 1849, viveu 87 anos com lucidez e memória. Era uma mulher extraordinária que, nascida no meio burguês e rural de Ouro Preto, proprietária de fazenda – o governador da província era o pai dela –, quando se casou recebeu de presente dois escravos. De repente, ela se emancipou de tudo isso, tornou-se republicana, aderiu ao movimento positivista e viajou, foi à Europa aos setenta e tantos anos. E exerceu sobre a minha geração, de netos, uma influência fascinante, por essa criação, por essas transformações que ela própria sofreu e que a aproximavam muito de nós, jovens, que estávamos vendo tudo isso pela primeira vez. Ao mesmo tempo em que ela me descrevia a primeira via-

gem que fizera, na inauguração da estrada União e Indústria, de Petrópolis a Juiz de Fora, ao lado da princesa Isabel, que era menina como ela. Já tinha voado em avião, tinha assistido às grandes manifestações da guerra. Foi uma influência muito grande.

Se tivesse que fazer um julgamento histórico das minhas afeições femininas, eu diria que a mulher mais importante que conheci, aquela que considero mais dotada de todos os dons, de cultura, de sensibilidade, foi Cecília Meireles. Se eu tivesse que fazer uma hierarquia feminina, certamente a colocaria no ápice de uma pirâmide, porque ela me fez viver a poesia – não ler a poesia, mas sentir a poesia viva, andando, praticando em todos os seus gestos, em todos os seus atos, e esse convívio de muitos anos, quando essa menina tinha apenas três ou quatro anos, enriqueceu-me de um modo extraordinário. Hoje em dia os livros dela ainda me acompanham por toda parte, como uma espécie de cantilena brasileira do mais alto nível, sobretudo o poema admirável que ela construiu sobre a Inconfidência Mineira. Nessa hierarquia de valores, eu poderia acrescentar certamente outras tantas figuras, mas as predominantes são essas.

Fora do Brasil, tive a sorte de conhecer os grandes intelectuais da Europa, os grandes intelectuais do mundo. Apertei a mão de Einstein – o que me dá ainda hoje uma sensação de emoção –, apertei a mão de madame Curie, ouvi lições de um e de outro, apertei a mão de Nehru, apertei a mão do Dalai Lama, apertei a mão do rei da Etiópia, mas apertei a mão também dos grandes líderes do sindicalismo europeu e conheci os grandes promotores de todos esses movimentos de extrema-esquerda e de extrema-direita. Visitei a Rússia, conheci de perto todos aqueles representantes desse movimento dramático, com todas as suas realizações positivas e negativas, vi também de perto essa tremenda expansão técnica e cultural dos Estados Unidos. De modo que os homens que fui encontrando, e também as mulheres eminentes, se tornaram os centros em torno dos quais a minha vida interior se constituiu, se concentrou. Nunca me senti só, nunca me senti isolado, vivendo muitas vezes meses só em Paris, porque tinha em torno de mim essa coorte, esse invisível coro de que fala um poeta inglês, e que vou selecionando à medida que o tempo vai passando, e que vela um pouco pelos meus atos, procurando corrigir-me, melhorar-me na medida do possível.